



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



HOTEL NACIONAL, BRASÍLIA, DF, 22 DE MAIO DE 1996

Senhor Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Senador Fernando Bezerra, grande líder industrial, grande Senador, grande Amigo; Senhor Ministro da Indústria e Comércio, Dr. Dornelles; Senhores Ministros de Estado aqui presentes: Paulo Paiva, José Serra, Malan, Clóvis Carvalho, Luis Carlos Santos; Senhor Governador do Distrito Federal, Dr. Cristovam Buarque; Senhores Representantes da indústria aqui presentes; Saúdo nossos Amigos Antônio Ermírio, Carlos Eduardo e todos os demais representantes da indústria aqui presentes;

Quero, em primeiro lugar, agradecer a oportunidade de me dirigir a tantos empresários de uma só vez. Não é a primeira e nem será a última vez que nos encontramos. Nas próximas, vamos acertar o foguetório, Senador. O senhor vem lá do Rio Grande do Norte e sabe como é isso: tinha que estourar um pouquinho mais no fim da sua falação; mas valeu o foguetório. (*Risos.*)

Eu dizia que não é a primeira e nem será a última vez em que nos encontramos, mas, certamente, apesar das múltiplas ocasiões – não como Presidente, desde antes de ser Presidente – em que tenho a

oportunidade de me dirigir aos empresários industriais do Brasil, nenhuma delas teve a densidade, a presença e, eu direi, a competência do encontro de hoje.

Ouvi com atenção as palavras do Senador Bezerra (olha aí, é o começo do meu discurso; então, foi o meu pessoal...) (*Risos.*) Mas eu ouvi com atenção o discurso do Senador Bezerra. Mesmo que não o tivesse ouvido, eu leio os documentos, nunca perdi o hábito de lê-los, de dar atenção às coisas que merecem atenção. Sei das angústias, das críticas, das sugestões e, sobretudo, sei da esperança e da confiança em um país vencedor – porque nós vamos vencer.

Queria recordar-lhes que, em outras ocasiões – não faz tanto tempo assim –, o panorama era bem diferente deste. Aqui está presente o Ministro da Fazenda, que foi negociador da dívida do Brasil quando eu era Ministro da Fazenda, e até antes. Naquela época – aquela época foi ontem, são três anos – não tínhamos crédito externo. Os jornais, diariamente, só falavam da dívida externa. Tínhamos uma inflação que não nos deixava olhar a semana seguinte. Faz três anos isso.

Nós negociamos a dívida, com uma descrença generalizada. Descrença sabem de quem? Do Fundo Monetário Internacional, que não nos deu o aval, porque não acreditava no Brasil, não acreditava que tivéssemos condições políticas de passar de uma situação de devedores, incapazes de nos organizarmos, para a de um país com um mínimo de condição de afrontar o mundo, cara a cara, sem temor nem da competição nem dos organismos internacionais.

Foi preciso a sensibilidade do Gerente-Geral do Fundo, Senhor Camdessus, que, em carta particular aos bancos, disse que ele aceitava, acreditava que o Brasil seria capaz de superar as suas dificuldades. E foi com esse documento frágil, sem nenhum aval do Fundo, que nunca nos monitorou, que conseguimos fazer a maior negociação da dívida externa da história do capitalismo. Estamos pagando em dia, baixamos os juros, aumentamos o prazo e reduzimos o montante global. Por quê? Nós acreditamos e nós trabalhamos e não ficamos tremendo de medo ao primeiro grito, à primeira crítica.

Fui Ministro da Fazenda, com gente trombeteando o dia inteiro, no meu gabinete, na rua, que nós estávamos fazendo um acordo com o Fundo Monetário. Coitados, não sabiam de nada, nem que o Fundo não nos estava ajudando. E nós vencemos.

A inflação – Carlos Eduardo sabia disso, quando veio aqui, para aquele primeiro grito, a respeito do Brasil – era só dúvida, era só incerteza, era só a idéia de que era um truque eleitoral. As dívidas dos estados ninguém acreditava que eles fossem pagar, que o Senado apoiasse. O Senado apoiou, os estados estão pagando, e a inflação está lá embaixo, porque nós acreditamos, porque persistimos e não cedemos às primeiras manifestações de desacordo.

Hoje, o Brasil é outro; hoje, é o Brasil cujas demandas são demandas para a frente, porque tem rumo, porque sabe o que é possível fazer. As reformas que tentamos naquela fase anterior da revisão eleitoral foram bloqueadas, não passou uma. Já aprovamos sete emendas à Constituição. Os senhores sabem o que é isso? O Senador falou de urgência urgentíssima. Venham aqui estar no meu gabinete e nos gabinetes dos Líderes que aqui estão, para ver o que significa obter 308 votos, tantas vezes quanto a oposição quiser, porque o regimento é assim.

Nós aprovamos a reforma da Previdência e agora vamos votar tudo de novo, outra vez, para ganhar tempo. Vão dizer que estamos fazendo uma coisa contra o povo, quando tudo o que estamos fazendo é para o bem do povo e do Brasil. E o que passa é que estamos barganhando. E eu pergunto sempre: barganhei o quê? Dêem um exemplo concreto, e não diz-que-diz. Estamos nos matando de esforçar para convencer o Congresso de que votar pela reforma é votar pelo povo e pelo Brasil.

Ainda ontem – não foi antes não: ontem, e nesta hora, senhores empresários, poucos vêm a Brasília – foram dois ou três ao telefone. No dia seguinte, olho os jornais: “Não conseguiram.” Conseguimos, sim, o que foi possível democraticamente.

Democracia exige organização e persistência. Não basta a lucidez, não basta a determinação. É preciso continuidade na determinação.

O Governo tem essa determinação e não vai ceder nada. Vamos fazer as reformas. Mas, para isso, preciso do apoio do povo brasileiro; para isso – como isto aqui é um regime bom, democrático – é preciso convencimento. E é fácil convencer que é ruim, é fácil apelar para o fracasso, é fácil ser negativo; difícil é construir o futuro, é construir a prosperidade apertando, como temos que apertar. Difícil é tomar decisões que, à primeira vista, chocam os que parece que são contra, quando na verdade são a favor.

Senhores empresários, o equilíbrio das contas do Governo está sendo conseguido às custas de um sacrifício imenso, porque nós temos disponível para o gasto público não mais do que 1 bilhão e 200 milhões de reais por mês. Para todos os gastos do Brasil. E só a saúde gasta 650 milhões de reais por mês. Sobram 550 milhões de reais para as estradas, para as Forças Armadas, para a agricultura, para a educação.

E isso por quê? Porque tudo é consumido em pessoal, aposentadorias, transferências para os estados e juros. Desses contas, a única que eu posso apertar mais é juros, porque não posso, e nem devo, diminuir salário. Não dá mais. Nenhum governo fez o que nós fizemos: demos zero de aumento – e isso me dói –, porque não havia alternativa. Que governo fez isso? Que governo, na história do Brasil, fez isso? E é porque não tenho alternativa. Muitos merecem aumento, senhores. Quando digo “não”, eu digo com dor no coração, não com alegria, não. Mas é zero, porque, se der algum não tenho nem os 550 milhões para o resto da ação do Estado e nem os 650 milhões para atendimento aos hospitais, que precisam do dobro disso.

A única conta em que podemos mexer mesmo está sendo mexida. A taxa de juros primária passou de 4,5% para 2% em um ano. Essa é a que eu posso fazer. Essa eu fiz e vou continuar fazendo, dentro de um programa, porque, se não fizer dentro de um programa, volta a inflação. E isso eu não vou deixar, porque, quando voltar a inflação, quem vai sofrer não seremos nós aqui, não: é o povo pobre desse Brasil, que, pela primeira vez, depois de muito tempo, tem pelo menos comida e começa a comprar utensílios domésticos. É só ver os números.

Então, o compromisso social profundo que eu tenho, e tive a minha vida toda, não é com a palavra demagógica, antes é como manter, à custa de muito esforço, uma situação que permite acesso ao consumo a populações que nunca tiveram acesso a ele.

Estamos fazendo a estabilização com muito sacrifício, dos senhores, do Governo, da classe média, mas estamos assegurando que a população mais pobre não sofra – e sofrimento maior seria a volta da inflação –, porque todo sacrifício feito iria por terra. Mas isso não vai acontecer. Não vai acontecer porque temos controle da situação e porque o Governo tem metas, tem firmeza, sabe o que está fazendo e vai fazer e precisa de compreensão, porque eu preciso das reformas.

Não tenho mais como apertar o orçamento fiscal. No ano passado, tivemos um déficit nominal de cerca de 7% do PIB. Neste ano, será de cerca de 5%. O operacional foi de quase 5%; neste ano, será de 2,5%. Na Europa, nos países europeus, o déficit é de 4,8%, mais ou menos, em média. Então, não nos venham com conversas lá fora de que temos que segurar o déficit. Segurem primeiro aí, que nós já estamos segurando aqui. Estamos sabendo o que custa isso, porque estou segurando esse déficit, com o apoio dos ministros que aqui estão e outros mais, sem ter instrumentos para fazê-lo.

Os instrumentos dependem efetivamente de nós avançarmos com as reformas, dependem de que tenhamos agora a certeza do futuro. E vamos ter que votar só o art. 40 da reforma da Previdência, artigo que diz algumas coisas fundamentais: que é preciso a aposentadoria ser feita através do tempo de contribuição, não de tempo de serviço, entre outras coisas. Vamos ter que votá-la outra vez, umas sete ou oito vezes, por causa do regimento da Câmara, sete ou oito vezes obrigar todo mundo a dizer “sim” àquilo que já disse “sim”. Por quê? Porque vêm eleições daqui a pouco e alguns quererão gritar na rua que o Governo está tomando a aposentadoria, quando não está: está dando condições para que a maioria do povo possa continuar se aposentando com dignidade depois de já ter trabalhado pelo País, como funcionário público, e por si mesmo, pelas empresas em que forem empregados privados. E, depois de aprovar tudo isso, será

preciso votar de novo, outra vez na Câmara e depois no Senado outra vez. Como é que faço a pressa? Qual a pressa que consigo, fazendo mais do que faço, dia e noite conversando, dialogando, convencendo e muitas vezes vendo o diálogo e a conversa maliciosamente sendo ditos como se fosse "Cedeu aqui, cedeu ali."

Não cedi nada que não fosse justo. Quando é justo, o Presidente da República não tem a menor dificuldade em voltar atrás, porque só não volta atrás, quando a coisa é justa, quem não tem noção do serviço público, quem não tem noção da sua própria integridade. Quem tem noção da sua própria integridade não tem medo de dizer: "Errei, eu modiflico." Nós vamos avançar; vamos avançar e estamos quase chegando ao ponto em que vai ser possível, efetivamente, ver este país com crescimento a taxas sustentáveis.

Nesse trimestre, a indústria cresceu 3%. É muito? Não. Mas houve épocas em que estava negativo. No ano passado, cresceu dez no primeiro trimestre, o que produziria o que já aconteceu em outros planos: a volta à inflação, em pouco tempo. Nós freamos. E para frear tem que ter coragem. Nós freamos, porque, se não freássemos, nossa reunião hoje não seria esta, seria outra – seria outra, de volta às calamidades conhecidas do passado. Agora, não. Agora esta reunião é para nós avançarmos, para continuarmos num certo rumo. Mas para isso é preciso ter a compreensão do processo global.

É verdade que a micro e a pequena empresa precisam de um apoio especial, e eu darei esse apoio. Já algumas medidas foram tomadas, estão publicadas; e outras virão, porque se pagou um preço além do que seria razoável pagar. E todas as vezes que houver situação desse tipo, cabe aos senhores – como estão fazendo – reclamar e ao Governo, no que for justo, atender.

É verdade também que continuaremos na progressão de declínio da taxa de juros, olhando sempre o conjunto das medidas macroeconômicas, para evitar, precisamente, que o resultado seja o oposto do que se deseja e que, em vez de ser uma benesse – pode até ser momentaneamente uma benesse –, haja uma consequência negativa. Nós precisamos conversar mais.

Estamos partindo agora, no Brasil, para uma outra etapa do nosso crescimento econômico. Não se trata só – e os senhores sabem disso, os senhores são autores disso – de produzir mais o mesmo: temos de mudar o padrão daquilo que produzimos, porque, queiramos ou não, a economia está globalizada. E a globalização tem, sim, efeitos daninhos, tem efeitos sociais daninhos, tem efeitos perversos em setores da economia.

O fato de existir uma globalização e de reconhecermos que ela existe não significa que nós a aplaudamos: significa que devemos preparar-nos para reagir a ela da melhor maneira para o nosso país. Temos que conversar sobre isso, sobre como aumentarmos a nossa competitividade. Estamos mudando de patamar de investimento no Brasil. Não se trata, repito, de produzir o mesmo: é produzir outras coisas, com melhor tecnologia, com capacidade de competição. E vamos ter que, no futuro, discutir e chegar lá a taxas de juros que sejam globais. Não nos iludamos, isso vai ocorrer, estamos nesse caminho.

Tivemos que enfrentar sérios problemas no sistema financeiro, como outros países enfrentaram. Veja o custo que houve no Brasil e veja nos outros países. O custo foi alto, mas fomos enfrentando-o sem fazer alarde, banco por banco, até chegarmos ao Banco do Brasil, que ninguém enfrentou até hoje. Mostramos ao País o que significava a situação do Banco do Brasil para superá-la, e estamos superando. Graças ao apoio de muitos Senadores aqui presentes, estamos enfrentando o Banespa. E não estamos enfrentando nada disso por razões políticas, não: é porque, se não houver um sistema financeiro apto a financiar a produção com taxas de juros razoáveis, não será possível o desenvolvimento. Se não tenho esse sistema financeiro preparado, não tenho condições a oferecer. É preciso preparar esse sistema financeiro. E todo recurso que o Estado torma do setor financeiro é ruim para o setor privado. É por isso que estamos controlando os gastos públicos.

Mas eu peço que olhem os números. Não há mais o que controlar, tudo está arrochado. A idéia de que o setor estatal não está arrochado – vejam os números – simplesmente não é verdadeira. O que se tem que fazer, agora, é reformar, realmente, o sistema jurídico brasi-

leiro, porque não é mais capaz de dar conta dos desafios do mundo contemporâneo. É tão simples e tão difícil quanto isso, porque, aqui, tudo é lei, e toda lei tem um procedimento. Foram cinco anos para aprovar a Lei de Concessões de Serviços Públicos, lei de minha autoria. Cinco anos! Cinco anos para aprovar a Lei de Patentes. E sabem os senhores o empenho que tive nisso. Cinco anos! Participação nos lucros, quanto anos? É isso.

Não é diferente de outros países. Numa sociedade democrática, as mudanças se fazem com um complexo sistema de decisões, mas requerem persistência. Quando pedem mais velocidade nas reformas, esquecem-se de comparar a lei ordinária, quanto tempo leva, e a mudança constitucional, quanto tempo está levando. Não, não são modificações simples, nem podem ser, porque a Constituição de um país não pode mudar com um peteleco. Ela tem que mudar com um amplo processo de convencimento. Mas está mudando. Ela está mudando, e os nossos dados globais são de que estamos no rumo certo, no caminho certo.

Ninguém, mais do que eu, quer mais velocidade nesses processos. Não faço outra coisa, na Capital da República ou no exterior, onde vou para continuar demonstrando que o Brasil está avançando. E vou continuar fazendo isso, a despeito do que digam, porque tenho noção da minha responsabilidade como Presidente da República.

Mas, agora, chegou a hora, e por isso vim aqui – além de por outras razões prazerosas de estar aqui – para dizer-lhes com franqueza: preciso da sua colaboração. Preciso. Dou a minha, no que for justo, não só aos industriais, mas aos vários segmentos da população brasileira, na medida das minhas forças, que não são as forças da onipotência, nem são as forças do demagogo, que nunca fui e nem serei.

Agora, preciso do apoio é lá, no Congresso, é na mídia, para que as coisas que se fazem não sejam apresentadas ao País como o contrário do que foram. Hoje, eu vi os jornais, os principais. Sobre a Light, o seguinte: “Vendida para o estrangeiro”, diz um; “Vendida pelo preço mínimo”, diz outro; “O BNDES salvou o leilão”, diz o terceiro. Anos para se levar a bom termo um processo limpo, claro, transparente, em que nós buscamos, mesmo, que viesse a eficiência de setores que

operam, que sabem operar –, e o que é que se passa para a opinião pública? Como se quer que se convença essa opinião pública de que o Brasil está dando certo, se a fracassomania parece que imbuiu, não a base da sociedade, mas certos setores influentes dela? Qual a alternativa? Não querem que se avance? Não querem que se privatize o serviço público, para que melhore?

Esquecem-se de que estamos privatizando a Rede Ferroviária Federal, que, há alguns anos, era símbolo da ineficiência e, hoje, há grupos competindo para ocupar-se dela? Esquecem-se de que, quando privatizamos a Light, estamos fazendo, também, o porto de Sepetiba e que isso vai dar grande impulso à região do Rio de Janeiro? Esquecem-se de que estamos fazendo as estradas fundamentais, que o Brasil estava todo esburacado, o Estado estava esburacado – e ainda está –, era um queijo suíço, e as estradas esburacadas?

Tirar dinheiro de onde? Levamos um ano negociando. Virão, no fim deste ano, os recursos para isso. Os portos, de que todo mundo falava, estão se abrindo: ainda as negociações estão terminando, um ano, dois anos – uma lei complexa; há interesses dos trabalhadores, legítimos, têm que ser discutidos, têm que ser negociados –, mas estão se abrindo. Não é isso o custo Brasil? Isso é o custo Brasil. Esse custo é invisível no dia-a-dia; esse custo são os nossos cabelos brancos, de lutar para que as coisas avancem no Brasil – e, muitas vezes, sem desânimo, mas olhando e dizendo: “Mas, meu Deus, por que não ajudam mais?”

Então, permitam-me que, hoje, eu peça que ajudem mais e que confiem, também, em que vamos marchar para a reforma tributária. Vamos marchar para a reforma tributária. Mas, se há alguma coisa pela qual devamos fazer a autocrítica, é que nós pedimos demais ao Congresso, nós colocamos demasiado as demandas sobre o Congresso. Nós colocamos, por exemplo, a regulamentação da cabotagem – está lá desde fevereiro; a da telefonia, há seis meses; já está a da parte hidroelétrica – se está boa ou está ruim, se discute; e a do petróleo. Mas não adianta dizer – o Congresso também tem os seus limites de absorção –, nem estou aqui para dizer: é o Congresso. Não: o Congresso tem os seus limites de absorção de tantas transformações.

Nós mexemos com a educação. Aliás, aqui eu lamento – nunca vi uma oposição capaz de votar contra o professor primário – que a oposição política do Brasil tenha votado contra a emenda que aumenta o salário do professor primário. Ninguém disse uma palavra sobre isso. É inacreditável. Façam oposição a mim – tenham coragem –, mas não ao País, não ao professor. Levamos sessões e mais sessões para convencer de que era necessário votar uma emenda para permitir que o Governo Federal aumentasse o salário dos professores primários das áreas mais pobres do Brasil. Isso devia ser uma campanha nacional. E o êxito obtido, graças aos Líderes que estão lá, graças aos votos que recebemos, devia ser cantado como glória nacional. O Governador Cristovam Buarque foi um dos primeiros a me chamar a atenção para a importância disso e ajudou.

Mas é preciso mais: é preciso que haja fibra. E a esperança se constrói com luta, se constrói com dedicação. Nós vamos fazer.

Estamos avançando nas reformas no ritmo em que posso, com as forças que tenho. E, se juntamos todas, se explicarmos melhor a esse povo do que se trata; se nós, em vez de usarmos palavras para complicar as coisas, as dissermos com simplicidade e se os senhores multiplicarem o que se diz? É tão fácil sempre fazer uma observação crítica. É fácil, é bom que a façam. Mas por que não dizer que estamos avançando, se todo mundo sabe que o Brasil está avançando? O mundo sabe que o Brasil está avançando.

Não há um indicador que seja preocupante, na área macroeconômica. Há que – e já me referi a isso em casos específicos, e é obrigação do Governo – cuidar dos têxteis, cuidar dos calçados, cuidar da microempresa, não há dúvida nenhuma. É obrigação nossa, agora que vamos entrar em um relacionamento mais complexo do Mercosul com o Chile, ver que os senhores empresários sejam ouvidos na negociação e participem dela. Que se faça o mesmo com a Venezuela – espero faze-lo dentro em breve. Isso, sim, é correto, é necessário; a crítica cabe, o apoio não é apoio, é exigência, deve ser exigência dos senhores.

Agora, os grandes objetivos nacionais – mudar a educação, mudar a saúde, fazer com que tenhamos realmente condições de um equilíbrio fiscal que não seja feito às custas, como está sendo, da administração e do serviço público – isso acho que é tarefa comum.

É com esse espírito – e sei que as palavras que foram ditas aqui são sinceras, são de gente que acredita que nós, realmente, vamos para um caminho de prosperidade –, é com esse espírito, repito, que vim aqui para agradecer-lhes; agradecer tudo, as críticas e o apoio.

Mas vim também para pedir. Não peço por mim, acho que não é necessário, peço pelo Brasil. O Brasil precisa mais e mais de nós todos. E vamos àquela famosa pergunta do Kennedy: o que é que nós estamos fazendo pelo Brasil? Não digo o que estamos fazendo pelo Governo ou o que o Governo está fazendo (muito bem: peçam), mas o que cada um de nós está realmente fazendo pelo Brasil; e esse “realmente” é colocando as questões corretas, fazendo os pedidos factíveis, é dando os metros, para ver se as coisas avançam ou não, que sejam adequados; e não tendo com parâmetro o absoluto e tendo como ação a inércia. Com o absoluto como parâmetro para a realização do que se deseja e a inércia como motivação para chegar lá, não se chega lá: chega-se ao desânimo. E o desânimo nunca encontrou acolhida em mim, nem o pessimismo.

Então, termino por renovar a minha confiança neste país, nos trabalhadores deste país, nos funcionários deste país, nos empresários deste país, nas donas de casa deste país, nos estudantes deste país; e em todos nós que dirigimos este país: se não confiarmos em nós próprios, se não tivermos convicção, não avançaremos.

O Presidente da Venezuela, ao saudar-me de maneira generosa, disse algo que quero aplicar aos senhores e não é aplicável só a mim: é preciso ter a lucidez para um diagnóstico, a competência para a operação e a convicção para persistir. Que ninguém tenha dúvidas, o Governo vai persistir, o Governo está convicto de que o caminho é certo, o Governo sabe que o diagnóstico é correto e o caminho pede apoio para melhorar a operação. Para isso, preciso de todos os senhores.

Muito obrigado.